

Ref.: Candidata ao quinto constitucional para preenchimento da vaga destinada à Advocacia no Tribunal Regional Federal da 3a Região – TRF 3

CURRÍCULO

Rita Maria Costa Dias Nolasco

Rita Dias Nolasco (Citações e Publicações)

Data de Nascimento: 28/12/1976

Inscrição na OAB: OAB SP n. 155.370

Endereço profissional: Advocacia-Geral da União.

Rua Bela Cintra, 657, Edifício Office Building,

CEP: 01415-003, Consolação, São Paulo/SP

(11) 98369-3985

rita.nolasco@agu.gov.br

1 - Formação:

Doutorado em Direito

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Título da Tese: Efeitos da Sentença de Procedência na Ação de Improbidade Administrativa.

Ano de Obtenção: 2006.

Mestrado em Direito

Instituição: Instituição Toledo de Ensino - ITE Bauru/SP.

Título da Dissertação: A Exceção de Pré-Executividade na visão da Instrumentalidade do Processo.

Ano de Obtenção: 2001.

Graduação em Direito

Instituição: Instituição Toledo de Ensino - ITE Bauru/SP.

Ano de Obtenção: 1997.

Especialização em Arbitragem

Instituição: Fundação Getúlio Vargas.

Curso: Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito SP (GVlaw).

Ano de Obtenção:2017.

Aperfeiçoamento em Direito Constitucional

Instituição: Toledo de Ensino.

Curso: Direito Constitucional

Ano de Obtenção: 1999.

2 - Atividades e experiência profissionais:

Aprovada no exame da OAB em dezembro de 1997. Inscrita na OAB SP sob no. 155.370.

Exerce a advocacia há 26 anos.

Tem experiência de 10 (dez) anos na advocacia privada, de janeiro de 1998 a setembro 2008, tendo trabalhado em escritório de advocacia e em departamento jurídico de empresa.

Tem experiência de 16 (dezesesseis) anos na advocacia pública, de 2008 atual.

Tomou posse na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em setembro de 2008 e desde então exerce o cargo de *Procuradora da Fazenda Nacional*.

Com a autorização da PGFN, está exercendo colaboração voluntária na Coordenação de Atuação Judicial da PGFN perante o STJ desde 2021 atual.

Adjunta da Direção Nacional da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (Portaria normativa AGU no 10, de 2 de junho de 2021), de 2012 atual. - Em exercício provisório na Escola da Advocacia-Geral da União e realizando consultoria jurídica para os Órgãos do Ministério da Economia (ME), bem como promovendo a defesa judicial da Fazenda Pública Federal, conforme prevê a legislação, em especial, a que tratam os art. 12 e 13 da Lei Complementar no 73, de 1993, e o Decreto-Lei no 147, de 1967.

Responsável pela Direção da Escola da AGU na 3a Região desde abril de 2019 (Portaria AGU no 224, de 9 de abril de 2019), de 2019 a 2021 - Em exercício provisório na Escola da Advocacia-Geral da União e realizando consultoria jurídica para os Órgãos do Ministério da Economia (ME), bem como promovendo a defesa judicial da Fazenda Pública Federal, conforme prevê a legislação, em especial, a que tratam os art. 12 e 13 da Lei Complementar no 73, de 1993, e o Decreto-Lei no 147, de 1967.

Na Escola Superior da AGU promove ações de capacitação visando a valorização, qualificação, contínuo aprimoramento profissional e desenvolvimento de novas habilidades, por meio de cursos de Pós-Graduação, cursos temáticos, seminários, congressos, ciclos de formação continuada, workshops, etc. Por meio de parcerias e acordos de cooperação técnica realizados com Tribunais, Universidades, Institutos Jurídicos renomados, Associações, órgão públicos, amplia os diálogos

interinstitucionais com diversas instituições, por meio de capacitações, cursos, projetos de pesquisa, grupos de Estudos, etc. É Coordenadora da Disciplina “Atuação Tributária e Controle Financeiro” e da disciplina “Execução e Fazenda Pública”, no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Funções Institucionais da AGU, com carga-horária de 360 horas – início no 1o semestre de 2022 - e término no 2o semestre de 2023). É Coordenadora da Disciplina "Precedentes Judiciais" no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Advocacia Pública da Escola Superior da Advocacia-Geral da União, com carga-horária de 360 horas (I Curso – início no 1o semestre de 2019 e término no 1o semestre de 2021 e; II Curso – início no 2o semestre de 2021 e término no 1o semestre de 2023). E, é membro da Comissão de Seleção dos Cursos de Pós- Graduação da ESAGU.

Responsável pela Supervisão Acadêmica e Pedagógica da Coordenação-Geral de Ensino da Escola da Advocacia-Geral da União (Portaria AGU no 253, de 17 de agosto de 2018). No período de agosto de 2018 até abril de 2019 trabalhou no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do primeiro Curso de Pós- Graduação *Lato Sensu* da Escola da AGU e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Mestrado Profissional.

Atuou na Divisão de Planejamento (DIPLAN) da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional em São Paulo (PRFN da 3a Região), de 2017 a 2018.

Foi Diretora do Centro de Altos Estudos da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3a Região (Portaria PGFN no 916, de 28 de dezembro de 2015), sem dedicação exclusiva, de 2015 a 2018. Como diretora do CEAE da 3a Região realizou Cursos, Congressos, Seminários, Ciclos de Palestras, Debates Públicos com ampla participação de procuradores da fazenda nacional, auditores fiscais, magistrados, advogados privados, acadêmicos, sobre temas de significativa relevância prática. O resultado foi muito profícuo: eventos de alto nível em um ambiente respeitoso que além da capacitação, propiciaram a abertura ao diálogo para a construção e

elaboração de novas estruturas e procedimentos de aperfeiçoamentos institucionais e melhorias no relacionamento entre fisco e contribuinte.

Coordenou o Fórum Nacional do Poder Público de 2016 a 2018.

Foi **Coordenadora-Nacional do Núcleo de Consultoria em Matéria Tributária da Força-Tarefa da PGFN** (Portaria PGFN no 663, de 29 de junho de 2016 que instituiu a FT/PGFN) – de junho de 2016 a dezembro de 2017. A referida força-tarefa consistiu em ação estratégica, com atuação inclusive interinstitucional, utilizada para a cobrança de créditos tributários da União. Foram instituídos cinco núcleos especializados com atuação nacional. O Núcleo de Consultoria em Matéria Tributária que coordenou atuou especificamente em respostas as consultas realizadas por Delegacias da Receita Federal e na apresentação de estudos e pareceres com fundamentação jurídica sobre casos complexos relacionados a responsabilidade tributária e fraudes fiscais.

De outubro de 2008 a dezembro de 2016, esteve em atuação na PSFN de Osasco, onde teve grandes êxitos durante os anos que atuou no contencioso judicial e administrativo - Divisão de Grandes Devedores (DIGRA/PGFN): Divisão estratégica responsável por processos dos devedores com os maiores valores inscritos em Dívida Ativa da União, assim considerados aqueles cujos débitos ultrapassam o montante de R\$ 15 milhões. Os principais êxitos em processos judiciais obtidos durante sua atuação na *Divisão de Grandes Devedores* foram noticiados com destaque nos boletins informativos internos da PGFN.

De setembro a outubro de 2008, permaneceu por 45 dias na PSFN de Sorocaba onde atuou no contencioso judicial - *Divisão especializada em Execuções Fiscais Federais* (DIAFI/PGFN).

3 - 5o Constitucional da OAB – concorreu a vaga de Desembargador Federal destinada à Advocacia no Tribunal Regional Federal da 3a Região. Ficou em 1o lugar na lista sêxtupla do Conselho Federal da OAB, em abril de 2022. Na 306a Sessão plenária extraordinária administrativa do Tribunal Regional Federal da 3a Região, realizada em 22/09/2022, figurou em 1o lugar na lista tríplice, com 35 votos (em 1o escrutínio).

4 - Informações adicionais:

- Professora de Direito Processual Civil da COGEAE/PUC-SP.
- Diretora Regional do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

- Cofundadora e Membro da Comissão Geral do Projeto "Mulheres no Processo" do IBDP.
- Membro do Comitê Gestor de Conciliação do CNJ (Portaria CNJ no 215/2020 e Portaria CNJ no 193/ 2021).
- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Macrovisão do Crédito Tributário do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da FGV Direito SP, desde 2016.
- Coordenadora Executiva do GT de Estudo sobre o Contencioso Administrativo e Tributário brasileiro – FGV NEF e CNJ
- Conselheira da ONG ABCP - Associação Associação Beneficente e Comunitária do Povo, fundada em 2007, que promove a reintegração, resgate da dignidade e autonomia e o desenvolvimento integral de pessoas em situação de rua.

Livros Publicados – Principais:

- NOLASCO, Rita Dias; GARCIA, Victor Menezes. Execução Fiscal à Luz da Jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO; Rodolfo da Costa Manso Real. Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015. São Paulo: Quatier Latin, 2016.
- NOLASCO, Rita Dias. Efeitos da Sentença de Procedência na Ação de Improbidade Administrativa. São Paulo: Quatier Latin. 2010.
- NOLASCO, Rita Dias. Exceção de pré-executividade. 2a edição rev., atual., ampl. São Paulo: Método, 2004.

Coordenação de Obras e Participação em Capítulos de Livros – Principais:

1. Capítulo: NOLASCO, Rita Dias. Programa Mulher Cidadã – Cidadania Fiscal. In: SANTOS, Herta Rani Teles e ANTINARELLI, Mônica Éllen Pinto Bezerra (Orgs.). O PODER FEMININO: ENTRE PERCURSOS E DESAFIOS - As mulheres perante a legislação, a aplicação do direito e as políticas públicas e tributárias. Vol. 2. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2023.

2. LIMA, Mônica; NOLASCO, Rita Dias; FERNANDES, Tarsila Ribeiro Marques. Sistema multiportas e execução fiscal: In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Bellizze; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; ALVIM, Teresa Arruda; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (coord.). Execução civil: novas tendências: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. Indaiatuba: Foco, 2022. p. 429-446.

3. *Coordenação*: ÁVILA, Henrique; WATANABE, Kazuo; NOLASCO, Rita Dias; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Desjudicialização, Justiça Conciliatória e Poder Público. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2021.

3.1. *Capítulo*: GRAMSTRUP, Erick Frederico; CONRADO, Paulo Cesar; NOLASCO, Rita Dias; MENDONÇA, Priscila Faricelli de. Redução de Executivos Fiscais e os Impactos Arrecadatórios Decorrentes do Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos Instituídos pela PGFN.

4. *Coordenação*: LUNARDELLI, José Marcos; TOKANO, Tércio Issami; NOLASCO, Rita Dias; SANT'ANNA, Danilo Barbosa. Publicação Especial da Revista da AGU: "Combate à corrupção na Administração Pública - Diálogos Interinstitucionais". Publicações da Escola da AGU. Ano 12, n. 2, Brasília-DF, maio/ago de 2020. <<https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/issue/view/158>>.

5. *Capítulo*: XAVIER, Daniel Saboia; NOLASCO, Rita Dias; SURIANI, Fernanda Machado. A Tecnologia e a Inteligência Analítica Aplicada à Recuperação de Créditos pela PGFN. In: FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (Coord.). Tecnologia e Justiça Multiportas. 1a ed. Indaiatuba/SP: Foco, 2021.

6. *Capítulo*: NERY, Ana Luiza. NOLASCO, Rita Dias. A Consensualidade na arbitragem e o princípio competência-competência. In: ARRUDA ALVIM, Teresa; BIANCHI, José Flavio; PINHEIRO, Rodrigo (Coord.). Jurisdição e Direito Privado – Estudos em Homenagem aos 20 anos da Ministra Nancy Andrighi no STJ. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

7. *Capítulo*: ÁVILA, Henrique; NOLASCO, Rita Dias. Conciliação nas Ações Originárias do Supremo Tribunal Federal. In: MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (Coord.). Democracia e Sistema de Justiça: Obra em Homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

8. *Coordenação*: DANTAS, Bruno; BUENO, Cássio Scarpinella; CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz; NOLASCO, Rita Dias. Questões Relevantes sobre Recursos, Ações de Impugnação e Mecanismos de Uniformização da Jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

8.1. *Capítulo*: NOLASCO, Rita Dias; CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz. Cabimento, Admissibilidade, Extensão do Sobrestamento dos Processos e da Tese Jurídica Fixada - no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Alguns artigos publicados em Jornal :

NOLASCO, Rita Dias; FARICELLI, Priscila. Os avanços da MP do Contribuinte Legal. Valor Econômico, 25/10/2019.

NOLASCO, Rita Dias; FARICELLI, Priscila; NOGUEIRA, Ricardo. Negociação Direta com os Contribuintes. Valor Econômico, 26/11/2019.

Principais PALESTRAS recentes:

- CONGRESSO REFORMA TRIBUTÁRIA - REPERCUSSÕES PRÁTICAS, realizado pelo Departamento Jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e Escola Superior da Advocacia-Geral da União, em São Paulo, dias 18 e 19 de abril de 2024.
- Arbitragem Tributária, palestra realizada no XXXVII Congresso Brasileiro de Direito Tributário do Instituto Geraldo Ataliba - IGA IDEPE, em São Paulo, 25 de abril de 2024.
- TRATAMENTO ADEQUADO DA LITIGIOSIDADE TRIBUTÁRIA: TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA, PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS, AJUIZAMENTO RACIONAL E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A RELAÇÃO FISCO E CONTRIBUINTE – Palestra realizada na 1ª SEMANA NACIONAL DA REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), realizada em Brasília, 11 de dezembro de 2023.
- “Transação Tributária e ações ESG” – Palestra realizada no XX CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS, do IBET (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários), em São Paulo, 6 de dezembro de 2023.
- A Fazenda Pública em juízo- Atuação estratégica – Palestra realizada no III Seminário de Processo Civil do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino), em Brasília – 24 de março de 2023.
- Recursos, Precedentes e outros temas na Visão dos Tribunais - Palestra realizada no XIX Congresso de Direito Processual Civil em Homenagem ao Prof. Arruda Alvim, no Teatro da PUC SP, em São Paulo – 16 de março de 2023.
- Execução Fiscal e principais alterações propostas no Projeto de Lei 2488/2022 - Palestra realizada no Seminário de Direito Processual Civil e de Valorização da Advocacia : Execução Fiscal e Projeto de Lei 2488/2022, da OAB SP – 1º de março de 2023.
- Princípios Estruturantes do CPC - Princípio da Cooperação – Palestra realizada no Congresso 07 Anos de Vigência do CPC, da OAB SP, Subseção de Pinheiros - 27 de fevereiro de 2023.
- Sistema Tributário do Futuro: Análise de Projetos de Lei em Matéria Tributária - Negócio Jurídico Processual – novas possibilidades - Palestra realizada no XIX Congresso Nacional de Estudos Tributários “As conquistas comunicacionais no direito tributário”, em São Paulo - 07 de dezembro de 2022.
- Transação e Negócios Jurídicos Processuais - Palestra realizada no XXV Congresso Internacional de Direito Tributário da ABRADT (Associação

- Brasileira de Direito Tributário) “Litigiosidade do Sistema Tributário Brasileiro”, em Belo Horizonte - 07 de outubro de 2022.
- Execução fiscal, (DPJ e responsabilidade patrimonial – Palestra realizada nas XIV Jornadas brasileiras de direito processual do IBDP, em Gramado-RS - 24 de Outubro de 2022.
 - Redução do Contencioso Tributário - Palestra realizada no IV Congresso de Direito Tributário da Subseção da OAB - Campinas, organizado pela Comissão de Direito Tributário, no auditório da OAB Campinas – 29 de setembro de 2022.
 - A transação tributária nos casos de controvérsia jurídica disseminada e os temas eleitos pela PGFN - Palestra realizada no XXXIV Congresso de Direito Tributário do Instituto Geraldo Ataliba - IDEPE (Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial), realizado em São Paulo – 25 de agosto de 2022.
 - Decisões judiciais do STF sobre elisão e evasão fiscal - limites do Planejamento Tributário - Palestra realizada no VI Congresso Internacional de Direito Tributário da ABDF (Associação Brasileira de Direito Financeiro) “Segurança Jurídica – Estabilidade, Integridade e Coerência” , no Rio de Janeiro, participação por meio de plataforma on-line – 19 de maio de 2022.
 - Transação e teses tributárias - Palestra realizada no XXIV Congresso Internacional de Direito Tributário da ABRADT (Associação Brasileira de Direito Tributário) - Palestra realizada no XXIV Congresso Internacional de Direito Tributário “Tributação: passado, presente e futuro”, evento virtual - 10 de novembro de 2021.
 - Mudanças que a Lei 14.112/20 trouxe para negociação com a Fazenda Nacional - Palestra realizada no XIII Congresso TMA Brasil - Reestruturação e Recuperação de Empresas, em São Paulo – 13 de outubro de 2021.
 - Negócio Jurídico Processual e Transação Tributária - Palestra realizada no Ciclo de palestras sobre “Temas de Processo Judicial Tributário”, da OAB RJ – 17 de setembro de 2021.
 - Precedentes judiciais e redução da litigiosidade: avanços e perspectivas na esfera federal - Palestra realizada no II Congresso de Processo Civil - 5 anos de vigência do CPC/2015, da OAB MG – 27 de agosto de 2021.
 - RE 1.101.937/SP e a inconstitucionalidade do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública - Palestra realizada no Congresso de Processo Civil da OAB: 5 anos do CPC, realizado pela Comissão Especial do Código de Processo Civil da OAB Federal – 19 de maio de 2021.
 - Negócio Jurídico Processual e Transação Tributária - Palestra realizada no PAINEL - ADVOCACIA PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA, do “I Congresso Digital Nacional da OAB - Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia de Covid-19”, CF OAB e ESA Nacional – 29 de agosto de 2020.